

JORNADAS DE JUNHO: MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMO EM TEMPOS DE INTERNET

Natalício Batista Jr.

Professor Mestre do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e
da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP)

{RESUMO}

Sem unidade de reivindicações e lideranças organizadas, as manifestações nas ruas das capitais brasileiras, em junho de 2013, mostraram a dimensão dos novos movimentos sociais em rede e a face repressora da polícia, reacendendo o debate sobre a crise da representação política e o direito de viver na cidade com qualidade, num país onde o déficit das instituições democráticas e a baixa participação popular na condução das políticas públicas continuam sendo desafio para os governos e a sociedade civil. À luz da trajetória dos movimentos sociais no Brasil, o artigo analisa as características e motivações das reivindicações em rede de comunicação on-line e sem fio, bem como a eficácia das ações coletivas.

{PALAVRAS-CHAVE}

Manifestações. Movimentos sociais. Redes sociais. Democracia.

{ABSTRACT}

Without unity of claims and leaders organized, the demonstrations in the streets of the Brazilian capitals, in June 2013, showed the scale of the new social movements in network, the repressive expression of police, increasing the debate on the crisis of political representation and the right to live in the city with quality, in a country where the deficit of democratic institutions and the low popular participation in the public policies are still being challenge for governments and civil society. With contributions of theories and the trajectory of social movements in Brazil, this article analyzes the characteristics and motivations of the claims in communication network online and wireless, as well as the effectiveness of collective action.

{KEY WORDS}

Demonstrations. Social movements. Social networks. Internet.



Em junho de 2013, algumas capitais brasileiras foram surpreendidas por série de atos, ações e manifestações coletivas. Nas ruas, pessoas protestaram contra o aumento de passagens dos transportes urbanos, pela qualidade dos serviços públicos, pelo fim da corrupção, pela reforma política e até o impeachment de governantes. As mobilizações que começaram pacíficas, foram reprimidas pela polícia militar, transformando-se num duelo de forças entre manifestantes, profissionais da imprensa e policiais, com vários momentos de violência, revelando traços de despreparo, truculência e autoritarismo dos policiais. Contrários a presença de bandeiras de partidos políticos ou de movimentos sociais, historicamente, organizados no Brasil, a maioria dos manifestantes era jovens que nasceram e cresceram em centros urbanos, em contextos de plena expansão do consumo e do neoliberalismo dos últimos 30 anos. Para muitos, era a primeira experiência de protesto ou ação coletiva em locais públicos da cidade. Sentiam-se donos das ruas defendendo o País numa situação diferente do costume de festejar a vitória do time de futebol preferido ou do Brasil em jogos da Copa do Mundo. Eles foram às ruas mobilizados pelo ativismo na internet e vários assumiam serem os filhos das redes sociais. Para os jornais, em duas semanas do início das mobilizações, cerca de 75% dos brasileiros apoiavam o movimento nas ruas. À medida que cresciam os comentários, compartilhamentos e adesões na internet ao que acontecia nas cidades, aumentava também a variedade das pessoas e grupos de adeptos. Aos universitários e profissionais liberais, juntaram-se grupos de anarquistas, ativistas que prezam o uso da força como ferramenta de ação política e até jovens conservadores com tendências neofacistas.

A mídia tradicional, principalmente a TV e os jornais, tiveram dificuldade de entender o que acontecia nas ruas, o sentido e quem se manifestava. No início, subestimou as primeiras manifestações. Deu pouca atenção, voz ou espaço como sempre fez ao mencionar ou cobrir os protestos de professores pela qualidade da educação pública e gratuita, dos sem-teto pelo direito à moradia ou de profissionais da saúde pela qualidade dos serviços dos SUS (Sistema Único de Saúde). Tratava-se, naquele momento, segundo os editoriais e reportagens, de mobilizações que atrapalhavam o trânsito e que comprometiam os trabalhadores a chegar ao trabalho. Não demorou a considerar os manifestantes de “vândalos” e “baderneiros”. Em seguida, após a repressão e agressão a jornalistas e fotógrafos por policiais militares, passou a reservar mais tempo e espaço ao acontecimento, mas já era tarde. Para os manifestantes, no Brasil, a mídia tradicional e de massa esteve, fortemente, alinhada às elites econômicas e aos interesses conservadores, condição que justificava os manifestantes expulsarem repórteres das ações coletivas.

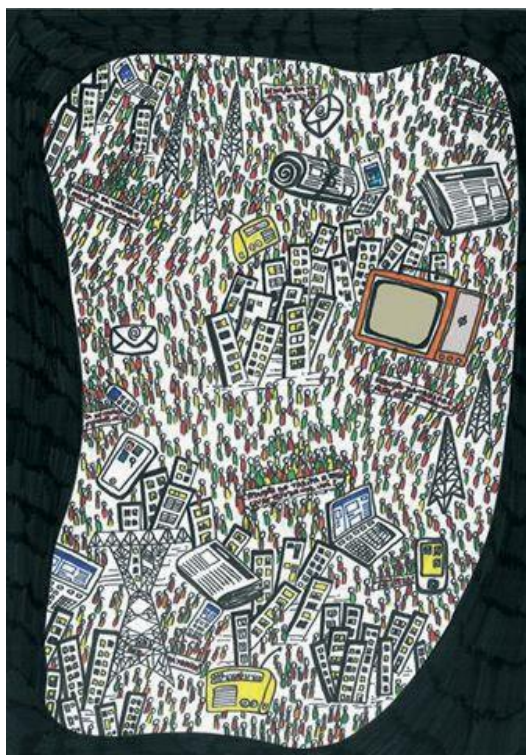
A adesão dos mais variados grupos às mobilizações dificultou a formação de uma pauta comum, o aparecimento de lideranças e o consenso entre os manifestantes. O fato comprometeu a interlocução com governantes e autoridades públicas, sendo que parte da sociedade, ao acompanhar pela TV, confundia-se sobre a agenda e o sentido das reivindicações. A internet e as redes sociais conectaram jovens e os ajudaram a compartilhar queixas e indignações. Mas, eles não contavam com o fato de que ao mesmo tempo em que as redes aproximavam indivíduos, fragmentavam e dispersavam



os objetivos, as motivações, decisões e a formação de consensos, deixando o movimento vulnerável à apropriação e ação de grupos nem sempre coerentes à razão originária dos protestos.

O uso do facebook, dos twitters e dos celulares como ferramentas de mobilização social nas manifestações brasileiras acompanha o perfil dos movimentos sociais recente como Occupy Wall Street (EUA) e a Primavera Árabe. Nestas, os meios de comunicação on-line e em rede viabilizaram os protestos antiglobalização e anti-ditaduras em países de cultura árabe. Diante de multidões que se apossaram das ruas e praças, intelectuais procuraram explicar a onda de manifestações mundo afora. Curiosos com a ação das tecnologias da informação e comunicação (TIC), alguns defenderam o nascimento de um novo ativismo político e a renovação das formas de mobilização social. Outros permaneceram desconfiados com os vínculos e a capacidade das redes sociais na internet agregarem pessoas e grupos em torno de causas comuns.

Independente da mensuração dos ganhos sociais efetivos das mobilizações no Brasil, o fato é que elas promoveram a discussão sobre certas categorias das ciências sociais e políticas, entre elas: a democracia e a participação popular, a coerção e o controle social, o Estado e as políticas públicas.



Artista visual Júlia Malta

{MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: CONCEITOS E HISTORICIDADE}

A história dos movimentos sociais na América Latina está, fortemente, associada ao processo de crise dos sistemas ditatoriais, à retomada de democracia, à renovação dos quadros de lideranças políticas e à ampliação da participação popular no Estado, na elaboração e condução de políticas públicas. No Brasil, avanços importantes na Constituição Federal (CF) de 1988 em relação à garantia dos direitos sociais, a qualidade de bens e serviços públicos e a promoção da cidadania deram-se, em parte, pelas ações e pressões dos movimentos sociais dos anos anteriores à constituição. Os princípios de políticas públicas de saúde, assistência social e educação, vigentes na CF, foram resultados diretos da força mobilizadora de sanitaristas, educadores e profissionais da assistência social que, juntos com a população ao longo dos anos 70 e 80, promoveram assembleias, fóruns, comissões e conferências para o encaminhamento de soluções dos problemas e das demandas sociais.



Artista visual Júlia Malta

A relevância dos movimentos sociais para a política, sociologia e comunicação partiu do reconhecimento da sociedade civil como esfera permanente de conflito de interesses, identidades coletivas e motivações diversas de indivíduos e grupos sociais que ultrapassam as determinações, exclusivamente, econômicas ou de classe social, resultantes da relação capital-trabalho como os sindicatos e os partidos políticos. Destacou-se também pela maneira como os grupos sociais organizados percebiam e reconheciam as carências e demandas por direitos, as necessidades de serviços e bens públicos. Eles chamaram atenção ao mobilizar indivíduos em lutas reivindicatórias fora do domínio do Estado, em conexões com o mercado e a sociedade civil, a partir de rede de colaboração e solidariedade entre pessoas e grupos sociais.

Alain Touraine (1977 e 1998), Manuel Castells (1977), Ruth Cardoso (1983 e 1985), Pedro Jacobi (1983 e 1993), Eunice Durham (1984), Tilman Evers (1982, 1984) são alguns exemplos de pesquisadores que, dentro e fora do Brasil, procuraram, na década de 80, elaborar uma revisão sobre a historicidade, as conquistas, a teoria e a prática dos movimentos sociais. Eles os reconheceram como fenômeno social novo, efetivo e ao mesmo tempo ambíguo para os estudos das ciências sociais e políticas tanto em países com histórico de Estado de bem-estar social quanto naqueles com regimes ditatoriais.

O interesse era encontrar definições para o novo comportamento social dos indivíduos e a relação com o ambiente, os mecanismos de integração social e as tensões sociais urbanas resultantes. Alain Touraine foi um dos primeiros a defender a necessidade dos estudos sobre os novos movimentos e formas de organização dos indivíduos. Para ele, já nos anos 70, era importante conceituá-los como sujeitos coletivos e políticos que lutam por transformações sociais, no campo e no meio urbano, defendendo a elaboração de diferentes projetos de sociedade, mais democráticos e participativos, baseados em laços de identidade, relações de gênero, etnia e geração. Touraine considera-os peça fundamental e mesmo o sentido das ações da sociedade civil. Alberto Melucci (1989) e Manuel Castells (1977) também procuram explicar a emergência dos movimentos sociais a partir dos conceitos de identidade coletiva e política, categorias condicionantes para a formação de redes sociais.

A maneira como nasciam e sobreviviam os movimentos revelava práticas não unificadas, heterogêneas ou inconstantes, colocando em xeque a ordem do Estado, das instituições partidárias ou sindicais e mesmo da vida social a partir das próprias contradições dos problemas e questões urbanos. O descontentamento e a ação reivindicatória de indivíduos foram reflexos do aprofundamento da precarização e da fragilização das condições de vida nas cidades e da consequente afirmação dos direitos pelos atores sociais. Neste sentido, a literatura sobre os movimentos sociais a partir da década de 60 sinalizava

uma quebra da tradição anglo-saxônica dos estudos sobre participação, centrados no indivíduo e suas formas de associatividade. Muitos trabalhos nesta perspectiva são conduzidos visando estabelecer graus e formas de participação da população em diversos grupos associativos ou organizações, sem definição precisa de suas funções ou efeitos. (JACOBI, 1993, p. 11)

No Brasil, parte dos estudos sobre movimentos sociais destacou o caráter coercitivo do Estado, o regime autoritário e a exclusão econômica como razões para as reivindicações dos movimentos urbanos. A crítica ao autoritarismo e a repressão política, presentes nos movimentos emergentes nas cidades, faziam deles alternativas políticas à população. O aparelho de Estado aparecia como categoria monolítica que garantia pouca representatividade e participação popular. As análises privilegiavam a contraposição entre o movimento social e o sistema institucional vigente, a natureza da espontaneidade e do senso de justiça dos excluídos e, principalmente, a independência das ações coletivas em relação às elites e aos partidos políticos. A participação popular era valorizada em si e era conduzida por atores políticos novos com meios alternativos aos padrões institucionais que, no entanto, exerciam pouca influência na política governamental.



Durham (1994) salientou que os novos movimentos traziam questões além da problemática das carências urbanas. A exclusão social não afetava apenas os pobres. As mudanças nos modos de vida provocados pela expansão dos meios de comunicação, do consumo e da tecnologia expressavam-se no aparecimento de novos grupos sociais que, em meio aos confrontos com a ordem social, exigiam reconhecimento e direitos. O fato da dimensão cultural dos indivíduos e grupos produzir conflitos norteou e fortaleceu o nascimento do movimento ecologista, homossexual, negro, indígena e feminista, por exemplo. Ressaltava-se, neste sentido, a heterogeneidade das carências, as reivindicações coletivas e a emergência da identidade sociocultural, que determina nova cultura política, não vinculando-a aos interesses exclusivos de classe social.

A condição heterogênea das identidades socioculturais determinava diferentes formas de militância e de meios para a transformação política. Primeiramente, cabia avaliar o papel dos agentes externos (igreja, partidos, profissionais e políticos) às classes populares na mediação dos movimentos com o Estado e o mercado, bem como na construção dos princípios coletivos da ação política, da autonomia e das formas de organização interna dos movimentos. A colaboração, por exemplo, de médicos sanitaristas na defesa da água e da saúde pública serviu de ação pedagógica na promoção da consciência de moradores. Em seguida, não podia fugir à discussão a espontaneidade das mobilizações e a resistência em não se subordinar às organizações políticas. Além disso, o compartilhamento das experiências e práticas individuais reforçava a necessidade de análise sobre o alcance dos novos movimentos sociais uma vez que detinham processos abertos de reunião, de adesão, de hierarquias e tomadas de decisão, estando sujeitos às contradições internas e às diferentes formas de interação e rejeição ao Estado (JACOBI, 1993).

Alvo das reivindicações e críticas dos movimentos sociais, o Estado também teve perfil de propulsor e de contensão dos movimentos. Para Cardoso (1985), a inoperância dos serviços estatais estimulou a criação de ações coletivas que forçavam a implementação de políticas sociais, estreitando a relação do Estado com a população. Ele não podia abrir mão do diálogo com os usuários dos serviços e bens estatais sob risco de comprometer a imagem e a ideologia da intervenção governamental.

{REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE}

A condição de rede não é nova na prática e debate sobre os movimentos sociais, tampouco nasceu com a expansão da internet e das ferramentas de comunicação on-line e sem fio como facebook, twitters e smartphones. O termo rede foi introduzido nas ciências sociais a partir da década de 40 e continuando sendo alvo de estudos, interpretações e novos sentidos. A noção de rede passou a ser utilizada pela geografia para designar redes técnicas e de produção, pela administração na referência às redes empresariais, na economia para explicar as práticas de consumo em rede. Na antropologia, é rica a discussão sobre redes de parentesco e vizinhança, por exemplo. Na sociologia, o debate foi em torno do surgimento das redes como condição para a articulação política, ideológica, simbólica e da identidade dos indivíduos. O conceito de rede tornou-se estratégico para a análise das



relações e formação dos vínculos sociais de pessoas e grupos em sociedades globalizadas, informatizadas e multiculturais. Tratou-se, assim, de um conceito propositivo para a articulação de ações coletivas, baseado na cultura da cooperação e da solidariedade, capaz de sinalizar organizações com distribuição de poder e tomadas de decisão mais horizontalizadas e democráticas.

Desde a década de 90, a discussão teórica sobre a ação coletiva já apontava a natureza expandida e diferenciada das relações que originavam e sustentavam os movimentos sociais, cada vez menos resultantes das relações entre capital-trabalho e classes sociais. Mario Diani (1992) destacou três características dos novos movimentos em contextos de sociedades globais e da informação. Eles seriam: a) rede de relações informais entre pessoas e instituições; b) estruturas em constante conflito em relação a um adversário definido e; c) grupos que possuem identidades compartilhadas. As ações públicas em grupo eram consideradas movimentos sociais à medida que tinham identidade coletiva e que nasciam, estruturavam-se e se alteravam por intermédio de diferenciações simbólicas e dos conflitos políticos entre seus membros, Estado, organizações e instituições.



Artista visual Júlia Malta

A tipologia de Mario Diani pode ser complementada com a classificação definida por Scheren-Waren (2006) sem o risco de comprometimento de ambas. Para a autora, há três níveis de articulação dos indivíduos nos movimentos sociais, representando desde as filiações e aproximações locais de pessoas às articulações mais universais e ou internacionais de interesses e valores. Desta forma, destacam-se: a) o associativismo local (associações civis e comunitárias, movimentos populares, ou de bairro) e os sujeitos sociais que se interessam por causas sociais. Pode-se incluir a formação de ONGs, o terceiro setor e os acampamentos dos sem-teto ou sem-terra, vinculados, ou não, às redes

nacionais e transnacionais; b) as organizações interorganizacionais como os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONG e as redes das redes. Trata-se da reunião dos associativismos locais com uso de instrumentos de comunicação, principalmente, a internet tendo o objetivo de mobilizar e emponderar a sociedade civil; c) as marchas e mobilizações em espaços públicos com ações resultantes da articulação dos movimentos sociais, das ONGs, dos fóruns, das redes de movimentos. O interesse é dar visibilidade as causas, ultrapassar os limites dos integrantes do movimento, atrair simpatizantes, criar efeitos simbólicos na esfera pública, interferir na agenda da mídia e na formação da opinião pública. No Brasil, a Marcha Nacional pela Reforma Agrária e a Parada do Orgulho Gay são exemplos disso.

Recentemente, a noção de rede é discutida a partir de duas perspectivas de análise. A primeira reconhece a rede como metáfora de organizações coletivas mais flexíveis e menos hierárquicas. A segunda aborda a natureza, os níveis e a extensão dos vínculos entre os atores sociais nas redes. Se no passado, os movimentos sociais caracterizavam por grupos que se formavam fora do ambiente do Estado e do mercado, mantendo o alvo de suas críticas e reivindicações contra a ineficiência do aparelho estatal e de suas organizações, a partir dos anos 90, para alguns pesquisadores, a dimensão das redes de movimentos sociais pode até incluir ONGs, cientistas, governos e organizações internacionais. A pesquisa de Elizabeth Umlas (1998) sobre o Comitê Nacional para a defesa dos Chimalapas, no México, mostra que se tratou de uma rede ambientalista formada por ONGs ligadas ao meio ambiente, representantes das comunidades indígenas, militantes e pesquisadores em prol da interdição da construção de uma rodovia que cruzaria reservas ambientais e indígenas.

As manifestações brasileiras de junho de 2013, em questão neste artigo, são extensivas a discussão sobre o novo caráter dos movimentos sociais em rede, estruturados a partir das ferramentas de comunicação e conexão on-line e sem fio, próprios das sociedades pós-industriais e informacionais. A novidade do aparato tecnológico rouba a atenção de cientistas políticos e sociais, entre eles Manuel Castells. Para o autor de *Galáxia da Internet* (2003), *Poder da Identidade* (2007) e *Redes de Indignação e Esperança* (2013), os movimentos sociais atuais deixaram para trás as velhas formas de organização verticalizada e hierarquizada, da exigência de lideranças fixas, bem como afastam-se da arregimentação e condução de indivíduos e grupos em torno de temas e reivindicações unificados.

Na era da internet e dos telefones celulares, os movimentos utilizam-se, cada vez mais, da comunicação e da rede multimodal on-line e off-line, estimulando variedade de conexões, com razões e objetivos diversos entre seus membros, simpatizantes e futuros militantes. As conexões entre os indivíduos nascem de formas espontâneas, nem sempre por motivos racionais e tendem à expansão continuada já que

Castells (2013) acredita que a estrutura descentralizada da rede potencializa as chances de participação de mais pessoas no movimento, uma vez que ele é constituído de relações e conexões abertas, sem fronteiras definidas, continuamente reconfiguradas



formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral. As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento. (CASTELLS, 2013, p. 160)

de acordo com o nível de envolvimento da população em geral. A rede também diminui a vulnerabilidade do movimento frente ao risco da repressão, pois há poucos alvos específicos para reprimir, com exceção dos lugares, ruas, praças e ou prédios ocupados. Desta forma, a rede pode se reconstruir à medida que houver um número suficiente de participantes, fragilmente conectados por seus objetivos e valores comuns. A conexão em rede é a condição devida do movimento fato que o protege tanto dos adversários quanto das ameaças internas como a burocratização e a manipulação.

A condição de nascer e se estruturar por intermédio da virtualidade da internet não elimina a necessidade das mobilizações ocuparem o espaço urbano para garantir sua legitimidade. Nota-se a interação com a cidade, seus fluxos, demandas, problemas e públicos. A cidade não é apenas mencionada, mas reivindicada à medida que as mobilizações e atos chegam às ruas. O movimento social dá-se entre os fluxos de comunicação sem fio e o espaço físico da cidade ocupada no que Castells chamou de espaço da autonomia. Trata-se, segundo o autor, da liberdade e autonomia de expressão e discussão nas redes de comunicação e, ao mesmo tempo, da ação mobilizadora e transformadora dos indivíduos na cidade, desafiando a ordem disciplinar das instituições, principalmente, dos procedimentos e meios de controle da segurança e da propriedade nas cidades. Se o movimento não chega às ruas ele não se efetiva. Assim,

a autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço dos fluxos equivale a um ativismo interrompido. Os espaços da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. (CASTELLS, 2013, p. 162)

Expressão possível das sociedades pós-industriais e da informação, os movimentos sociais em rede são ao mesmo tempo locais e globais. Eles iniciam por razões próprias em contextos particulares e locais, elaboram suas redes e constroem seu espaço público ao ocupar a cidade, conectando-se às redes sociais da internet. Mas também são globais, uma vez que estão conectados com o mundo inteiro. Eles aprendem com as experiências de parceiros e, muitas vezes, são estimulados por elas a se envolver em mobilizações próprias. Além disso, mantêm discussões permanentes na internet, convocando a participação conjunta e simultânea de pessoas em manifestações globais numa rede de espaços locais. Para Castells, os movimentos em rede expressam a significativa consciência a respeito da relação de temas e problemas da humanidade em geral, mostrando traços da cultura cosmopolita, ainda que estruturados sobre causas, queixas e ou identidade locais e específicas. (CASTELLS, 2013, p. 161)

Na perspectiva de alinhamento entre as demandas, interesses e motivações globais e locais destaca-se a condição viral das novas mobilizações populares. Os movimentos sociais tornam-se virais, seguindo a lógica das redes na internet. Não é apenas



a característica viral da disseminação de informações e imagens da mobilização em si pela rede que chama atenção. Importante destacar que a difusão contínua de mensagens sobre as mobilizações estimula a simpatia e adesão de mais adeptos, provocando mais manifestações por toda parte. Verifica-se a multiplicação das reivindicações de uma cidade para outra, entre regiões e países e até entre instituições como se ocorresse um fenômeno de inspiração estendida. A autonomia defendida por Castells é condição para que a indignação a respeito dos problemas sociais e do não cumprimento dos direitos sociais nas cidades transforme-se em esperança.

Outra característica dos movimentos em rede é a permanente autorreflexão sobre o que são, quem participa o que querem e podem realizar. Questionam que tipo de democracia almejam, medem os obstáculos e as ciladas da experiência dos movimentos anteriores que, em luta, acabaram reproduzindo o sistema que procuram derrubar. Em questão está o grau da delegação política e da soberania das ações coletivas por intermédio do processo de deliberação das assembleias, fóruns da internet, blogs e grupos de debates nas redes sociais, uma vez que os novos movimentos em rede rejeitam os canais institucionais de participação e negociação política (partidos, sindicatos, associações de classe etc.) ou de comunicação pela mídia tradicional. Entre os principais assuntos discutidos em rede, estão a garantia do caráter pacífico dos atos, a extensão e aceitação da desobediência civil pelos participantes e pela opinião pública, bem como as formas e níveis de repressão e violência policiais enfrentados pela ação coletiva.

Sem dúvida, tanto nos levantes árabes e ocupações de Wall Street quanto nas mobilizações brasileiras, o fenômeno da repressão militar e da violência policial tomou proporções extremas e, em alguns casos, como no Egito, Líbia e Turquia, foi elemento decisivo para o início de guerras civis. Nas democracias liberais, como nos EUA e no Brasil, a impunidade à violência militar fortaleceu a reação de grupos que decidiam combater o sistema com o uso da força. Por um lado, a situação ampliou a atenção da mídia, principalmente, pelo caráter excepcional e espetaculoso das imagens, por outro, comprometeu, em escala internacional, governos e governantes. Assim,

a violência proporciona à mídia imagens espetaculares, refinadas, e é desvantajosa para políticos e formadores de opinião, cujo objetivo é suprimir o mais depressa possível a crítica que o movimento encarna. O espinhoso problema da violência não é somente uma questão de tática. É a questão definidora da vida social e da morte dos movimentos, já que têm a chance de promover a mudança social se sua prática e seu discurso garantem consenso na sociedade como um todo (os 99%) (CASTELLS, 2013, p. 164-65)

Os novos movimentos sociais em rede não possuem unidade programática e não dependem da concretização de um programa político com objetivos específicos para existir. A força e a fraqueza está, justamente, no caráter multifocal e não programático que os impedem de ser canalizados para uma ação política instrumental, dificultando, por exemplo, serem cooptados por partidos políticos. Eles querem transformar o Estado, suas políticas e formas de representação, mas não desejam apoderar-se dele. Não criam partidos nem apoiam governos, embora possam ser utilizados pelo marketing político.



Expressam sentimentos de indignação, estimulam o debate e disseminam utopias baseadas em comunidades locais e virtuais em plena interação e transformação. Eles estão voltados para a mudança dos valores da sociedade ou da opinião pública defendendo a democracia deliberativa direta, a democracia em rede.

Mais que meio instrumental de produzir, enviar e consumir informações, ou da relação linear entre emissor e receptor de mensagens, o protagonismo da internet nas mobilizações e protestos políticos, explica-se pela criação de interações e pela particularidade das condições comuns de deliberação descentralizada, tomada de decisões não hierarquizada e comunicação democrática e contínua entre os atores que permitem os movimentos, sem lideranças fixas ou permanentes, sobreviverem ao longo do processo de luta por mudança social. Do correio eletrônico de uso pessoal ou empresarial às redes sociais guiadas pelos próprios usuários, a tecnologia da internet e a estrutura rizomática da rede condicionam a cultura material e o exercício da liberdade dos indivíduos nas sociedades pós-industriais.

Além da natureza da interatividade dos usuários, é importante mencionar que a comunicação sem fios e em rede destaca-se também pela acessibilidade a dados, informações, documentos, pessoas, lugares e instituições que envolvem todos, cidadãos, organizações e governos, remapeando as fronteiras entre o público e o privado, a informação sigilosa e a de domínio livre. As atividades na internet estabelecem-se cada vez mais no e pelo que se convencionou chamar de Sites de Redes Sociais (SNS - Social Networking Sites, na origem inglesa da palavra) que integram pessoas e grupos a partir de várias funções e objetivos como amizades, educação, promoção profissional, marketing e comércio, entretenimento e ativismo social e político. Trocar informações, imagens e conhecimento, produzir conteúdos e criar vínculos que rompem os limites do tempo e espaço são característicos da cultura do compartilhamento, presente em redes sociais como facebook, twitters, instagran, linkedin etc.

Os SNS são tecnologias criadas por empresários da comunicação livre, com interfaces abertas e amigáveis, constituindo plataformas com diferentes perfis e graus de privacidades, que permitem aos próprios usuários a combinação dos recursos de busca de informação com ferramentas de comunicação. O interesse por compartilhar tira as pessoas do anonimato, facilita a aproximação entre indivíduos desconhecidos que querem se conhecer, levando-os a autoapresentação e exposição.

A capacidade dos movimentos em rede influenciar governos e a população são distintas. No passado, os movimentos adquiriam expressão e relevância pelo estreito diálogo e negociação com o aparelho de Estado, suas instituições e representantes políticos. O objetivo era criar oportunidades para driblar a burocracia estatal, mecanismos de redistribuição de renda, estarem mais presentes nas instituições oficiais e introduzir temas e questões nas agendas governamentais e de políticas públicas. Os atores estatais consideravam importante um movimento quando as reivindicações deste ajudavam ou prejudicavam as diretrizes de governo, fato que podia explicar a natureza das coalizões eleitorais, a mudança na opinião pública e o apoio às ações e instituições do governo.



A dinâmica social era estabelecida pelo nível de negociação e de conflito entre Estado, políticos e movimentos sociais em ação e reações recíprocas. No entanto, os atuais movimentos em redes na internet não são contrários à democracia representativa, ao papel e à função do Estado, mas não reconhecem legitimidade verdadeira quanto à estrutura e aos atores uma vez que apontam, no sistema, alto grau de corrupção, leis eleitorais tendenciosas, clientelismos e eleições condicionadas ao poder do dinheiro e da mídia. Por isso,

há poucas chances de uma interação positiva direta entre movimentos e políticos visando à promoção de uma reforma política, ou seja, uma reforma das instituições de governança que amplie os canais de participação política e limite a influência dos lobbies e grupos de pressão no sistema político, reivindicações fundamentais da maioria dos movimentos sociais (...) a influência sobre os programas de governo em geral é limitada, pelo menos a curto prazo. (...) Não obstante, há conexão muito mais profunda entre movimentos sociais e reforma política que poderia desencadear mudança social: ela ocorre na mente das pessoas. O verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos (...) e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política (CASTELLS, 2013, p. 172-73)

A população adere aos movimentos não apenas pela avaliação racional dos custos e benefícios de participação. Sentimentos são levados em conta, bem como os níveis de cooperação e solidariedade criados pelas redes, principalmente, entre as novas gerações. Quanto mais há expansão e compartilhamento de mensagens, mais a esfera pública da comunicação pode transformar-se em meios de contestação.

Embora o valor de algumas conquistas como a queda de ditaduras no mundo árabe e da crescente crítica aos resultados perversos da globalização financeira, a historicidade dos movimentos sociais em rede ainda é pequena o que sinaliza que é prematuro avaliações definitivas sobre as práticas e teorias do ativismo em rede e a viabilidade efetiva da mudança social. É preciso não perder de vista na análise, a história dos movimentos sociais, a materialização e percepção dos problemas sociais e conflitos políticos pelos atores em contextos de sociedade pós-industriais, bem como os arranjos políticos, regionais e locais, entre sociedade civil, Estado e mercado, além dos mecanismos de inclusão e exclusão digital, principalmente, em sociedades periféricas, de países com passado colonial. Nestes, o déficit de instituições democráticas e o baixo nível de participação popular na vida pública sempre foram comprometedoras de uma longa história de exclusão e injustiça social. Além disso, a posição desfavorável que ainda ocupam na divisão internacional do trabalho, a dificuldade de acesso à educação, ao conhecimento tecnológico e informacional e os descompassos entre a exigência de felicidade e o consumo configuram quadros de desigualdades sociais frente ao estágio dos países liberais de capitalismo avançado. Neste sentido, a promoção de indivíduos autônomos e da democracia deliberativa, em rede, não se garante, exclusivamente, da noite para o dia, pelo ativismo nas redes sociais. Há desafios significativos para se enfrentar e, entre a consciência e a ação coletiva, as contradições sociais ainda confundem os objetivos e sentidos da política nas sociedades contemporâneas.



{REFERÊNCIAS}

- CARDOSO, Ruth. Formas de participação popular no Brasil contemporâneo. Revista da Fundação Saede, São Paulo, Saede, v.1, set/dez. 1985.
- _____. Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico. In: ALMEIDA, M. H. & SORJ, B. (org). Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1983.
- CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2013.
- _____. O Poder da Identidade. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, vol 2, 2007.
- _____. Galáxia da Internet. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2003.
- _____. Movimentos sociais urbanos. Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1977
- DIANI, Mario. The Concept of Social Movement. The Sociological Review 40, p. 1- 25, 1992.
- DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. São Paulo. Revista Novos Estudos (Cebap), no. 10, outubro de 1984.
- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. Revista Novos Estudos, Cebap, São Paulo, v.2, no. 4, out.1984
- _____. Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento social do custo de vida. In: MOISÉS, J. A. Et ali. Alternativas populares da democracia: o Brasil dos anos 80. Petrópolis (RJ). Ed. Vozes, São Paulo (Cedec), 1982
- JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais e Políticas Públicas. São Paulo. Ed. Cortez, 2a. edição, 1993.
- _____. Estado e movimentos populares: a saúde posta em questão. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Ed. Cortez, no. 12, abril de 1983.
- KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Activists beyond borders: transnational advocacy networks in international politics. Itharo, Cornell University Press, 1998.
- MELLUCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? In: Lua Nova, São Paulo, Junho 89, n. 17, pp49-66, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>. Acesso em: 10 de outubro d 2013.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias. In: SILVEIRA, R.L.L.; DIAS, L.C. (Orgs.) Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. P. 20-50.
- _____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade, Brasília, v.21, n. 1, p. 109-130, jan/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.
- TOURAINÉ, Alain. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis (RJ). Ed. Vozes, 2a. edição, 1998.
- _____. Os movimentos sociais. In: Sociologia e Sociedade. Leituras de introdução à sociologia. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (org). Rio de Janeiro, Ed. LTC - Livros Técnicos e Científicos S.A. 1977
- UMLAS, Elizabeth. Environment networking in Mexico: The Comité National para la defensa de los Chimalapas. Latin American Research Review, The latin American Studies Association. Vol. 33, no. 3, 1998, p. 161-189

Texto enviado em setembro de 2013
Aceito em novembro de 2013

